

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 11/2022, em que é recorrente **Gilson Alex dos Santos Vieira** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 129/2023

(Nos Autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 11/2022 em que é recorrente Gilson Alex dos Santos Vieira e recorrido o Egrégio Supremo Tribunal de Justiça - sobre o direito de defesa com foco no direito ao contraditório)

I. Relatório

Gilson Alex dos Santos Vieira, com os demais sinais de identificação nos Autos, não se conformando com o Acórdão n.º 17/2022, de 7 de março de 2022, prolatado pelo Egrégio Supremo Tribunal de Justiça, veio, nos termos do artigo 20º, n.º 1, alíneas a) e b) e n.º 2 da Constituição, conjugado com o disposto nos artigos 11º e 14º da Lei n.º 109/IV/94, de 28 de outubro (Lei do Amparo), interpor recurso de amparo e requerer a adoção de medida provisória, com base nos seguintes fundamentos:

1.1. Alega ter sido detido ao abrigo de um mandado de detenção fora de flagrante delito emitido pelo Ministério Público, depois de ter sido deduzida a acusação, estando a decorrer diligências no âmbito da Audiência Contraditória Preliminar requerida por alguns dos coarguidos;

1.2. Que terminada a fase de instrução, quem tinha competência para emitir mandado de detenção era o Meritíssimo Juiz;

1.3. E que, por conseguinte, o Ministério Público já não dispunha de competência para mandar detê-lo e apresentá-lo ao Juiz para efeito de aplicação de medida de coação pessoal;

1.4. Por outro lado, nem o Juiz nem o Ministério Público consideraram que eram insuficientes as medidas previstas nos artigos 276º a 281º do CPP;

1.5. Aliás, como expressamente fizera consignar na acusação que deduziu, o Ministério Público considerou suficiente o termo de identidade e residência e o Meritíssimo Juiz concordou com essa medida;

1.6. Acontece que, inusitadamente, o Ministério Público mudou de estratégia e mandou detê-lo e o Meritíssimo Juiz validou a detenção e decretou-lhe a prisão preventiva;

1.7. Por considerar que o Meritíssimo Juiz validou uma detenção ilegal, requereu, nos termos dos artigos 18º al. b) do CPP, a providência de *habeas corpus* e a sua consequente libertação;

1.8. Uma vez que o Egrégio Supremo Tribunal de Justiça não concedeu provimento à sua providência de *habeas corpus*, interpôs recurso de amparo para o Tribunal Constitucional, que admitiu o recurso, através do Acórdão nº 58/2020, de 27 de novembro de 2020, do qual aguarda ainda uma decisão sobre o mérito;

1.9. O Ministério Público, ao abrigo do nº 2 do artigo 43º do CPP, fez cessar a conexão do processo no que diz respeito ao recorrente, apesar de não dispor de competência para tal, visto que já tinha declarado encerrada a Instrução;

1.10. Por esse motivo o Juiz de Instrução entendeu que apenas deveria pronunciar os restantes coarguidos.

1.11. Só no STJ é que viria a tomar conhecimento da separação do processo ordenada pelo representante do Ministério Público, alegadamente, porque não tinha conseguido notificar alguns arguidos da acusação, entre os quais, o próprio recorrente.

1.12. Uma separação de culpas, a seu ver, sem conteúdo acusatório algum, que constitui uma situação de ausência total de matéria condenatória contra o recorrente.

1.13. Que seria necessário encontrar prova material do envolvimento efetivo no crime, algo muito diferente de simples ilações, sempre falíveis, retiradas de escutas telefónicas.

1.14. No entanto, o Juiz de julgamento viria a juntar novamente o seu processo aos dos demais coarguidos para efeito de julgamento, sem que tivesse sido pronunciado ou havido qualquer acusação específica em processo separado.

1.15. Foi notificado da acusação apenas para requerer, querendo, Audiência Contraditória Preliminar (ACP), mas uma vez marcado o julgamento, não foi notificado da acusação para contestar como se impunha por lei nessa fase processual.

1.16. Reitera que para o julgamento apenas lhe foi entregue um mandado que tinha de assinar juntamente com os demais coarguidos que se encontravam em prisão preventiva.

1.17. Que tendo sido levado a julgamento sob custódia, ao ser confrontado com várias questões prévias levantadas pelos demais arguidos, querendo o seu representante colocar as mesmas questões, o Juiz Presidente determinou que as mesmas ficassem para o fim, antes das alegações, e seriam apreciadas aquando da decisão.

1.18. Entretanto, mesmo perante a alegada resistência e oposição do Tribunal, chamou a atenção para o facto de contra ele não ter havido qualquer pedido de confisco determinado nos termos da Lei de Lavagem de Capitais.

1.19. Considera que o acórdão recorrido violou o seu direito de audiência, ao contraditório e as garantias contra atos ou omissões processuais que afetam os seus direitos e liberdades nos termos do artigo 35º da Constituição da República de Cabo Verde.

1.20. Termina o seu arrazoado pedindo que lhe seja concedido amparo constitucional pela via da restituição do direito à defesa e ao contraditório, através da decisão de revogar o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça que confirmou o Acórdão do Tribunal da Relação de Sotavento.

1.21. O recorrente pede ainda que esta alta Corte adote medida provisória, nos termos do artigo 11º da lei nº 109/IV/94, de 24 de outubro, e suspenda a executóriedade do acórdão recorrido, evitando, assim, o trânsito em julgado do mesmo, continuando a contar o prazo de prisão preventiva, a nível do “tribunal comum”.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12º da Lei do Amparo, foram os autos com vista ao Ministério Público para emitir o parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral emitido douto parecer constante de fls. 202 dos presentes autos, em que concluiu pela *admissão do presente recurso de amparo constitucional*.

3. Levado o recurso de amparo a julgamento de admissibilidade, o Tribunal Constitucional, através do Acórdão nº 27/2022, tomou a seguinte decisão:

- a) Não admitir a conduta que, na perspetiva do impetrante, se traduziu na omissão de notificação do Despacho que pronunciou os coarguidos e lhe impediu de exercer o direito ao contraditório em relação aos factos que lhes foram imputados, por se afigurar manifestamente inviável, conforme o disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 16 da Lei do Amparo;
- b) Admitir o presente recurso de amparo restrito à possível violação do direito de defesa, vertente exercício do contraditório, relativamente ao confisco de bens que o recorrente afirma pertencer-lhe.
- c) Indeferir o pedido de decretação de medida provisória.

4. Admitido o recurso e distribuído o processo ao Relator, este ordenou a notificação da entidade requerida nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 18º da LRAHD.

5. Decorrido o prazo, sem que a entidade requerida tivesse procedido à resposta, foi ordenado que o processo seguisse com vista ao Ministério Público para que esta entidade emitisse o parecer a que se refere o artigo 20º da LRAHD.

6. Sua Excelência o Procurador-Geral da República emitiu o seu douto parecer em que salientou o seguinte:

«...Não corresponde à verdade que não foi respeitado o direito ao contraditório relativamente ao confisco de bens que o recorrente afirma pertencer-lhe, uma vez que ele teve a oportunidade de conhecer deste pedido de confisco quando foi notificado do despacho de acusação proferido pelo ministério público».

*Segundo nos ensinam os Professores J.J Canotilho e Vital Moreira, o direito do contraditório pressupõe “(a) dever e direito de o juiz ouvir as razões das partes (da acusação e da defesa) em relação a assuntos sobre os quais tenha de proferir uma decisão; (b) direito de audiência de todos os sujeitos processuais que possam vir a ser afetados pela decisão de forma a garantir-lhes uma influência efetiva no desenvolvimento do processo; (c) em particular, direito do arguido de intervir no processo e de se pronunciar e contraditar todos os testemunhos, depoimentos ou outros elementos de prova ou argumentos jurídicos traduzidos ao processo, o que impõe designadamente que ele seja o último a intervir no processo (...); (d) proibição (?) por crime diferente do da acusação, sem o arguido ter podido contraditar os respetivos fundamentos (...)”*¹

*“O pináculo do princípio do contraditório encontra-se refletido, através da própria formulação da norma constitucional, na audiência de julgamento: estando a audiência de julgamento e os atos instrutórios que a lei determinar subordinados ao princípio do contraditório. Com efeito, a exigência axiológica do contraditório é geral e absoluta quanto à audiência de julgamento e apenas relativamente à instrução, limitando-se aos atos instrutórios determinados pela lei. Desse jeito, algumas fases processuais, como a instrução e, paradigmaticamente, o julgamento, têm normas específicas para assegurar o contraditório”.*²

Além de mais, a exigência de um processo equitativo, “...impõe, antes de mais, que as normas processuais proporcionem aos interessados meios efetivos de defesa dos seus direitos ou interesses legalmente protegidos...”. Postula, por isso, a efetividade do direito de defesa no processo, bem como os princípios do contraditório e de igualdade de armas”³.

*Um processo equitativo e leal «deve assegurar a cada uma das partes o poder de expor as suas razões de facto e de direito perante o tribunal antes que se tome a sua decisão”*⁴, segundo entendem os ilustres autores Jorge Miranda e Rui Medeiros.

¹ **Gomes Canotilho/Vital Moreira:** *Constituição da República Portuguesa anotada*, Volume I, 4.º edição revista, Coimbra 2007, anotações ao artigo 32.º, págs. 522 e 523.

² **Inês Fernandes Godinho:** *Considerações a propósito do princípio do contraditório no processo penal português*, Revista da Faculdade de Direito e Ciência Política.

³ **Jorge Miranda / Rui Medeiros:** *Constituição da República Portuguesa anotada* Tomo I, Coimbra editora 2005, anotações ao artigo 20.º pág. 192.

⁴ Obra citada, pág. 194.

... Com efeito , nos autos ora em crise, o recorrente teve a possibilidade de apresentar e requerer provas, aduzir as suas razões de facto e de direito, quer perante o tribunal de primeira instância, quer perante os tribunais de recurso, e obteve decisões, que no essencial respeitaram o quadro legal em vigor. Decisões que se encontram fundamentadas e nelas foram apreciadas e decididas todas as questões apresentadas pelo ora recorrente».

Conclui que não há, salvo melhor entendimento, manifestamente qualquer violação de nenhum dos direitos fundamentais alegados e que não se afigura necessário qualquer providência para o restabelecimento do exercício de direitos, liberdades ou garantias.

II. Fundamentação

1. Na apreciação do mérito do presente Recurso de Amparo, impõe-se, antes de mais, identificar a conduta que é atribuída ao órgão recorrido, e, posteriormente, verificar se efetivamente houve a violação de direitos, liberdades e garantias de que o recorrente é titular.

2. A conduta que é atribuída ao órgão recorrido, no caso o Egrégio Supremo Tribunal de Justiça, consiste no facto de ele ter confirmado a perda a favor do Estado de bens pessoais do recorrente, sem que, alegadamente tivesse havido um pedido de confisco. Anteriormente o recorrente, na sua peça de recurso ordinário de revista contra o Acórdão da Relação nº 135/2021, de 29.07.2021, ponto do articulado 140, afirmara o seguinte, interpelando o Supremo Tribunal de Justiça, *«Deve ser reconhecido que contra o recorrente não existiu qualquer pedido de confisco para servir de base à decisão de ser declarada perda a favor do Estado dos bens pessoais dele»* . E no ponto 135 afirmou que *«não podia defender-se, por exemplo, no âmbito do pedido de confisco, se contra ele não existia esse pedido»*.

3. Será que esta conduta foi praticada pelo STJ? Compulsando os dados vertidos no Acórdão nº 17/2022, do Egrégio Supremo Tribunal de Justiça, nota-se - por evidente - que este órgão cimeiro da jurisdição comum declarou improcedente na totalidade o recurso interposto pelo arguido Gilson Alex dos Santos Vieira, incluindo a pretensão de se rever e alterar a decisão da primeira instância com base na alegação de falta de pedido

de confisco e de, por esse facto, não ter podido se defender em processo. Assim, pode-se perfeitamente atribuir esta conduta de negação do provimento do recurso ao STJ, como de resto ficou pressuposto, no Acórdão de admissibilidade nº 27/2022.

4. O STJ, apreciando as alegações do arguido, ora recorrente de amparo constitucional, resumiu a sua posição no seguinte trecho:

«Esta argumentação não procede. A começar pela acusação. Dela consta detalhadamente o pedido do MP no sentido [de que] vários bens dos arguidos, entre os quais o ora recorrente, fossem declarados perdidos a favor do Estado.

«O recorrente foi notificado da acusação. Pôde assim posicionar-se contra tal pedido, após a sua notificação da acusação. Teve oportunidade de se defender e expressar a sua posição acerca do pedido de confisco, não tendo ocorrido nomeadamente qualquer fator surpresa, que timidamente o ora recorrente pretende agora alegar. Assim, improcede na totalidade o presente recurso pelo arguido Gilson Alex.»

5. Interessa agora verificar se houve ou não violação de direito, liberdade ou garantia de que o recorrente se reclama titular. Conforme estabelecido no Acórdão de admissibilidade, o recurso de amparo foi admitido restrito à possível violação do direito de defesa, vertente exercício do contraditório, relativamente ao confisco de bens que o recorrente afirma pertencerem-lhe.

6. Assim, há que se interrogar sobre se se encontra perante uma vulneração do direito à defesa e ao direito ao contraditório enquanto elemento do direito de defesa em sentido mais amplo. Para tanto, importa convocar a base constitucional destes direitos e o respetivo conteúdo. Reportando-se em primeiro lugar ao direito de defesa, nota-se que ele está previsto tanto no artigo 22º como no nº 3 do artigo 35º da Constituição da República. O primeiro preceito começa por consagrar o direito de acesso à justiça e de obter a tutela dos direitos em prazo razoável e mediante processo equitativo, para depois, no seu nº 3, estipular que *«todos têm direito de defesa... e a fazer-se acompanhar por advogado perante autoridade nos termos da lei»*. O direito a se fazer acompanhar por advogado perante qualquer autoridade é um aspeto fundamental do acesso à justiça para se garantir a proteção judicial do indivíduo e para que ele possa beneficiar de um processo equitativo.

Isto, sobretudo, se se considerar a complexidade da ordem jurídica moderna que reclama de uma assistência profissional e tecnicamente à altura para a defesa dos direitos e interesses do particular face ao Estado e ainda dos cidadãos perante atuações de outros particulares. Já no nº3 do artigo 35º, o legislador constituinte determinou que *«o arguido tem direito de escolher livremente o seu defensor em todos os atos do processo»*.

Finalmente, no nº4 do mesmo artigo acentua o legislador constitucional que *«os direitos de audiência e de defesa do processo criminal ou em qualquer processo sancionatório... são invioláveis e serão assegurados a todo arguido»*. Por seu lado, o Código de Processo Penal vigente, em concretização da Constituição, estabelece que o arguido gozará em especial, para além do disposto nos artigos 1º a 12º do citado Código, em qualquer fase do processo e salvas as exceções previstas na lei, nomeadamente do direito a *«ser assistido por defensor em todos os atos processuais em que participar, e quando detido, comunicar mesmo em privado com ele»*.

7. Não há muito tempo o Tribunal Constitucional teve a ocasião de se pronunciar sobre o conteúdo do direito de defesa em relação com o direito à audiência (*Acórdão nº24º/2018*, de 13 de novembro (*Alexandre Borges vs. STJ*, sobre a violação dos direitos ao contraditório, de audiência e de defesa em processo criminal, a processo justo e equitativo, da liberdade sobre o corpo e da garantia de presunção de inocência e do direito a não ser discriminado, *Rel: JC Pina Delgado*), que citou o *Acórdão nº10/2018*, de 3 de maio (*Joaquim Venceslau v. STJ* publicado no B.O, I Série, nº35, de 6 de junho de 2018, *Rel: JCP Pinto Semedo*). Para o Tribunal Constitucional, a garantia prevista no nº7 do artigo 35º, implica *« o direito de qualquer (arguido) estar presente em atos processuais e ser ouvido a respeito de qualquer assunto, facto ou circunstância que especialmente o afete ou lhe diga respeito, em qualquer tipo de processo sancionatório, especialmente criminal e a ser-lhe facultada a oportunidade de apresentar a sua defesa nos termos que lhe convêm, nomeadamente impugnando e contradizendo os factos de que é acusado , para tal tendo acesso às provas contra atos ou omissões processuais que afetam seus direitos, liberdades e garantias»*. Precisando o Tribunal, esses dois direitos, de audiência e de defesa, atribuem ao arguido uma posição jurídica subjetiva que lhe permite ser ouvido e *«defender-se com todos os meios legais, sempre que o Estado lhe imputa factos dos quais possa resultar a aplicação de uma sanção»*.

8. Aqui chegados, importa fazer uma referência a uma circunstância que marcou este processo. No início foi proferida a acusação registada como nº 02/2019/2020. Nela figurava o nome do arguido Gilson Vieira, mas, por alegadas dificuldades na sua localização para efeito de notificação, o Ministério Público viria a promover posteriormente a chamada separação de culpas, que vem regulada no artigo 43º do CPP. Tendo sido suscitada pelo arguido, ora recorrente de amparo constitucional, ilegalidade da separação de culpas, o Supremo Tribunal de Justiça apreciando o recurso contra o acórdão da Relação, viria a determinar que «a operada separação de culpas observou o disposto no CPP, nomeadamente nos arts. 43º, al. a) (mas também as alíneas b) - grave risco de inviabilização da «pretensão punitiva do Estado» - e c) - «.. *retardar excessivamente o julgamento de qualquer dos arguidos*»), 302º, nº 1, 314º 323º, pelo que não se comprova qualquer uso abusivo ou ilegal da medida (separação de culpas)».

9. O libelo acusatório mostra, no entanto, que se imputava ao recorrente um conjunto de factos suscetíveis de configurarem os seguintes crimes : um crime de *tráfico agravado de estupefacientes*, previsto e punido pelo nº 1 do artigo 3º e pelas alíneas c), f), g) e j) do artigo 8º da Lei nº 78/V/93, de 12 de julho, em conjugação com o artigo 25º do CP, um crime de *associação criminosa*, previsto e punido pelo nº 1 do artigo 11º da mesma lei, e um crime de *lavagem de capitais agravado*, nos termos do nº 1 do artigo 39º e das alíneas a) e b) do artigo 40º, todos da Lei nº 38/VII/2009, de 20 de abril, alterada pela Lei nº 120 /VIII/2016, de 24 de março, em conjugação com o artigo 25º do CP.

10. No final da acusação, o Ministério Público deduziu uma ação civil de confisco contra 14 indivíduos bem identificados numa lista, mas em que não constava o nome do arguido e ora recorrente de amparo constitucional, Gilson Vieira. A peça é introduzida com a seguinte fórmula: «*O Ministério Público vem, ao abrigo do disposto nos termos dos artigos 57º e 58º , nº 2, ambos da Lei nº 38/VII/ 2009, de 20 de abril, republicada pela Lei nº 120/VIII/2016, de 24 de março, intentar a presente ação de confisco contra os indivíduos abaixo identificados, doravante designados de RR :... »*

11. Resulta que, com toda a certeza, foi deduzida uma ação de confisco contra as 14 pessoas referidas na parte final da acusação. À primeira vista a ação englobaria também o Gilson Vieira, mas acontece que o seu nome foi omitido quanto ao processo de confisco, aparentemente porque não estariam reunidas todas as condições para se promover o

confisco, uma vez que dos contactos com instituições bancárias foram prestadas informações no sentido de que não tinha bens e valores depositados no banco (cfr. folhas 1807, verso).

12. Por esta razão é de se entender que o Ministério Público não tenha efetivamente formulado o pedido de confisco, contentando-se com a formulação de um pedido subsidiário, através do qual, remete para o instituto da perda de bens a favor do Estado, previsto no artigo 98º do Código Penal, em conjugação com os artigos 16º, 17º e 27º da Lei nº 78/IV/ 93, de 12 de julho. Nesta linha, o Ministério Público, após o pedido de confisco para as pessoas devidamente identificadas anteriormente, com exclusão do ora recorrente, requereu o seguinte: ***«promove-se , nos termos conjugados dos artigos 98º do Código Penal , 16º, 17º e 27º da Lei nº 78/IV/ 93, de 12 de julho que sejam decretados perdidos a favor do Estado todos os bens, direitos, títulos, valores, depósitos e valores (sic) já congelados e apreendidos, porque gerados com a prática de tráfico de drogas».***

13. Ora bem, se contra o arguido não chegou a ser deduzido o pedido de confisco, regulado em sede da Lei sobre a Prevenção do Crime de Lavagem de Capitais, não faz sentido pretender exercer o direito de defesa em relação a um pedido de confisco que não existiu formal e especificamente direccionado para ele.

14. Não tendo havido pedido de confisco contra o recorrente nem o Tribunal de 1ª instância, nem o Tribunal de Relação, nem o Supremo Tribunal de Justiça violaram o seu direito de defesa em relação a um processo de confisco.

15. E quanto à perda dos bens encontrados e apreendidos em casa do arguido, ora recorrente de amparo, e relacionados no artigo 56.5 da acusação, ele teve sempre a possibilidade de se defender até à última instância.

16. Compulsando os autos, nota-se que ele teve a oportunidade de recorrer a 28. 01.2021 para o Tribunal da Relação de Sotavento, pedindo a anulação da decisão de 1ª instância que declarou a perda dos bens pessoais dele a favor do Estado, e mais tarde interpor recurso de revista para o STJ , de 12 de agosto de 2021, tendo na ocasião pedido igualmente a anulação da decisão que declarou a perda dos bens pessoais dele ,

confirmada pelo Tribunal de Relação de Sotavento (folhas 67 dos autos de Recurso de Amparo).

17. Por esta razão, não se pode afirmar que o STJ, ao confirmar a perda a favor do Estado de bens pessoais do recorrente, tenha violado o direito de defesa do arguido, ora recorrente de amparo constitucional, sabendo-se que este, no caso *sub judice*, foi notificado da acusação, teve a possibilidade de constituir advogado livremente e, beneficiando dos serviços técnico-profissionais deste, pôde, recorrer da primeira instância para a segunda e da segunda para o Supremo Tribunal de Justiça, sem qualquer impedimento.

18. Cabe agora indagar se o direito ao contraditório, intimamente ligado ao direito de defesa, foi vulnerado pelo STJ. O direito ou garantia do contraditório está previsto no nº 6 do artigo 35º da Constituição da República de Cabo Verde ao determinar o seguinte: *«O processo penal tem estrutura basicamente acusatória, ficando os atos instrutórios que a lei determinar, a acusação, a audiência de julgamento e o recurso submetidos ao princípio do contraditório»*. De harmonia com o disposto na Constituição da República, o artigo 5º do CPP prevê o seguinte: *«O processo penal, em qualquer das suas fases, subordina-se ao princípio do contraditório»*.

Segundo os autores portugueses **Germano Marques da Silva** e **Henrique Salinas**⁵ o direito ao contraditório tem a ver com a *«estruturação da audiência de julgamento e dos atos instrutórios que a lei determinar em termos de um debate ou discussão entre a acusação e a defesa»*. Segundo esses autores, citando jurisprudência constitucional do seu país, *«Nenhuma prova deve ser aceite na audiência, nem nenhuma decisão – ainda que interlocutória- deve ser tomada pelo juiz, sem que previamente tenha sido dada ampla e efetiva possibilidade ao sujeito processual contra o qual é dirigida de a discutir, de a contestar e de a valorar, em si mesma, e quanto aos seus fundamentos, em condições de plena igualdade e liberdade com os restantes sujeitos processuais, designadamente o Ministério Público»*⁶.

⁵ Cfr. **Germano Marques da Silva** e **Henrique Salinas** in **Jorge Miranda/Rui Medeiros**: *Constituição Portuguesa Anotada*, Lisboa 2017, pág. 531 e seg.

⁶ Os autores anteriormente citados remetem para a seguinte jurisprudência: ParCC nº 18/81 e os Acórdãos do TC de Portugal nºs 434/87, 172/92, 173/92 e 372/00.

Particularmente importante é o contraditório a nível dos julgamentos, conforme lembra, e bem, Sua Excelência o Procurador-Geral da República no seu douto parecer final, citando doutrina abalizada: *«O pináculo do princípio do contraditório encontra-se refletido, através da própria formulação da norma constitucional, na audiência de julgamento: estando a audiência de julgamento e os atos instrutórios que a lei determinar subordinados ao princípio do contraditório. Com efeito, a exigência axiológica da contraditório é geral e absoluta quanto à audiência de julgamento e apenas relativamente à instrução, limitando-se aos atos instrutórios determinados pela lei.»*

19. O Tribunal Constitucional cabo-verdiano também, ao longo dos anos, tem-se debruçado já largamente, no exercício da sua judicatura, sobre o direito ao contraditório, nomeadamente nos Acórdãos n.ºs 15/2017, 10/2018, 24/2018, 29/2019, 30/2019, 50/2019 e 25/2021. A importância que atribui a este direito ficou patente, por exemplo, e mais recentemente, no acórdão n.º 37/2022 em que nos autos de Recurso de Amparo n.º 13/2020, decidiu que o órgão recorrido violou o *direito de habeas corpus*, o direito à liberdade sobre o corpo e as *garantias do contraditório*, da audiência prévia e da defesa, quando rejeitou a partir da interpretação que fez do artigo 18.º, alínea c) do CPP, um pedido de habeas corpus com fundamento em que uma situação que envolveu a condução de pessoas para cumprimento de pena de prisão precedida de pena substitutiva de trabalho a favor da comunidade sem comunicação prévia sobre as condições de execução e sem permitir que os condenados exercessem o contraditório, não é causa que permite utilizar essa providência extraordinária por não se tratar de prisão motivada por facto que a lei não permite.

20. No presente caso, contudo, o arguido foi devidamente notificado da acusação, pôde apresentar sempre a sua defesa através dos sucessivos recursos que foi interpondo, interveio ativamente na audiência de julgamento em 1.ª instância, conforme ele próprio dá conta no ponto 86 do articulado do seu recurso de amparo. Da mesma forma que utilizou a sessão de julgamento para referir que não havia qualquer pedido de confisco, poderia também usar da palavra para tentar provar que os bens que lhe foram apreendidos não eram de proveniência ilícita, defendendo assim o seu direito à propriedade.

Assim, não nos parece que tenha havido a violação do direito de defesa, nem tampouco do direito ao contraditório.

III. Decisão

Pelo exposto, os Juízes do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem negar provimento ao recurso, por não se ter registado a violação do direito de defesa na sua vertente de exercício do contraditório.

Registe, notifique e publique.

Praia, 01 de agosto de 2023

Aristides R. Lima (Relator)

João Pinto Semedo

José Pina Delgado

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, 01 de agosto de 2023

O Secretário,

João Borges